

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

UFJ

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

CPA

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Jataí

2021-2023

Reitor Pró-Tempore
Américo Nunes da Silveira Neto

Vice-Reitora Pró-Tempore
Giulena Rosa Leite

Pró-Reitoria Pró-Tempore de Administração e Finanças (PROAD)
Dyomar Toledo Lopes

Pró-Reitoria Pró-Tempore de Assuntos Estudantis (PRAE)
Luciana Aparecida Elias

Pró-Reitoria Pró-Tempore de Extensão e Cultura (PROEC)
Ludmila Grego Maia

Pró-Reitoria Pró-Tempore de Gestão de Pessoas (PROPESSOAS)
Hanstter Hallison Alves Rezende

Pró-Reitoria Pró-Tempore de Graduação (PROGRAD)
Kamilla Rodrigues Coelho

Pró-Reitoria Pró-Tempore de Pesquisa e Inovação (PRPI)
Simério Carlos Silva Cruz

Pró-Reitoria Pró-Tempore de Pós-Graduação (PRPG)
Edésio Fialho dos Reis

Membros da Comissão Própria de Avaliação

Presidente

Prof. Daniel Bartoli de Sousa (Unidade Acadêmica Especial de Ciências Biológicas)

Representantes Docentes

Profa. Carla Gomes Machado (Unidade Acadêmica de Ciências Agrárias)
Prof. Marcelo Borges Henriques (Unidade Acadêmica de Ciências Humanas e Letras)
Profa. Patrícia de Sá Barros (Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública - IPTSP/UFG)

Representantes Técnicos Administrativos em Educação

Cinthia Alencar Pacheco (Unidade Acadêmica de Ciências da Saúde)
Jones Carvalho Martins (Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas)
Juliana Flávia Ferreira e Silva Paranaíba (Unidade Acadêmica Especial de Ciências Biológicas)

Representantes Discentes

José Renato Nascimento Tiraboschi Filho (Curso de Direito)
Laís Silva Pinto Moraes (Curso de Biomedicina)

Representantes da Sociedade Civil Organizada

Ana Kátia Ferreira de Assis (Conselho Municipal de Educação de Jataí)
Rosângela Henrique da Silva Farias (Conselho Municipal de Educação de Jataí)
Vanessa Oliveira Lopes de Moura (Lions Grupo Internacional)

Apresentação

Este documento apresenta o projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Jataí (UFJ) que será desenvolvido durante os anos de 2021 a 2023. Esse projeto envolve a comunidade universitária, tendo como fim, o aperfeiçoamento das condições previamente existentes na UFJ. Para isso, estão contemplados no documento: Contextualização Histórica da Universidade Federal de Jataí, o processo de Avaliação Institucional até o momento do desmembramento da Regional Jataí da Universidade Federal de Goiás (UFG), eixos, dimensões, indicadores e critérios de análise.

Com a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o qual tem como objetivo básico assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, estando fundamentado na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A avaliação institucional engloba diferentes dimensões do ensino, pesquisa e extensão, além de analisar a situação que envolve a gestão da Instituição. Sendo assim, o objetivo principal é obter informações a respeito do funcionamento da UFJ, permitindo, após análise e reflexão, a proposição e/ou adequação dos caminhos a serem percorridos, buscando a elevação e aperfeiçoamento do nível das atividades executadas na Instituição. Trata-se de uma autoavaliação sobre todo contexto da UFJ.

Daniel Bartoli de Sousa

Presidente da CPA/UFJ

2021

Contextualização histórica da Universidade Federal de Jataí

A história da Universidade Federal de Jataí (UFJ) tem origem com a política de interiorização da Universidade Pública Brasileira, entendida como a atuação em regiões fora da sede, seguindo a orientação do Ministério da Educação e do Ministério do Interior, por meio de ações ligadas ao Projeto Rondon e ao Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária, que buscava levar o ensino superior a realidade do interior do Brasil.

Mediante esta política de interiorização, a Universidade Federal de Goiás (UFG) começou a instalar unidades em municípios no interior de Goiás, culminando na criação dos Campi avançados, sendo um deles, na cidade de Jataí, localizado a 320 Km da capital do Estado, constituindo-se um dos marcos da descentralização do ensino superior no Estado de Goiás - Brasil.

Paralelo ao processo que se iniciava de interiorização da UFG, em julho de 1979, a Comissão Pró-curso Superior do Lions Clube de Jataí entregou ao Reitor da UFG, Prof. José Cruciano de Araújo (1978-1981), um abaixo-assinado no qual solicitava a criação de cursos superiores na cidade. Enquanto a Comissão lutava para trazer a Universidade para o município, o prefeito de Jataí Mauro Antônio Bento, que havia encampado a ideia, colocava em discussão o Projeto de Lei 13/79, que previa a implantação da UFG na cidade.

Em 10 de março de 1980 foi assinada pelo Reitor da UFG a Resolução Nº 145 criando o Câmpus Avançado de Jataí (CAJ). A prefeitura municipal, no dia 19 de março do mesmo ano, entregou oficialmente à UFG uma sede, situada na Rua Riachuelo e, em 1981, foi realizado o primeiro vestibular, firmando uma parceria e garantindo a consolidação do projeto de criação do CAJ com a divisão de gastos e de responsabilidades. A segunda e decisiva etapa para a efetiva instalação do CAJ ocorreu em maio de 1982, quando a prefeitura doou à UFG uma área, contendo um prédio com capacidade para acolher 400 alunos.

O CAJ que ofertaria um ensino superior público e gratuito foi uma vitória não somente da comunidade local, mas de todo o Sudoeste Goiano. O prédio que abrigaria a Instituição foi inaugurado oficialmente no dia 19 de dezembro de 1980 com uma vasta repercussão em toda a região. Foi implantado, em caráter experimental, o primeiro curso: Licenciatura Plena em Ciências, com habilitação

em Matemática (40 vagas), Química (20 vagas) e Física (30 vagas), iniciando as atividades acadêmicas em março de 1981.

O convênio inicial, estabelecido entre a UFG e a Prefeitura Municipal de Jataí, propunha o funcionamento de cursos de licenciatura visando à qualificação de profissionais da rede pública municipal e estadual de ensino.

Os recursos financeiros destinados à manutenção desses cursos eram provenientes dos recursos gerais da prefeitura. Esta, necessitando de assessoria e colaboração no aprimoramento da Educação no município, em março de 1984, criou a Fundação Educacional de Jataí (FEJ), órgão constituído por um conselho composto por representantes das entidades de classe da comunidade jataiense. Portanto, desde a sua criação, a FEJ passa a assumir e operacionalizar os repasses de verbas para o custeio do CAJ, proporcionando condições físicas e financeiras, viabilizando o funcionamento dos cursos.

Em 1985 foi firmado um novo convênio entre a UFG, FEJ e a Prefeitura Municipal, implantando o curso de Licenciatura em Pedagogia, com professores concursados e lotados para trabalharem no CAJ, com contrato firmado com o município por meio da FEJ. Os três primeiros cursos, previamente implantados, foram concluídos em 1986 e, em seguida, desativados por falta de demanda.

No decorrer do ano de 1988, discussões sobre a continuidade e consolidação do CAJ culminaram numa proposta de criação de novos cursos, nas áreas de Licenciaturas e de Ciências Agrárias. Novos rumos foram traçados para o Câmpus, criando em 1989 o curso de Licenciatura em Letras, Habilitação em Português.

Ao longo de dez anos, o modelo de interiorização do CAJ, iniciado na década de 1980, encontra-se esgotado. Com o crescimento do Câmpus, a FEJ não conseguia mais cumprir com os contratos firmados junto à Universidade, o que acabou afetando o funcionamento da Instituição.

Na década de 1990, diante das inúmeras dificuldades enfrentadas cotidianamente, principalmente aquelas relacionadas ao orçamento da Universidade, foi articulado pelos professores e pela direção do Câmpus, com o apoio do Governo do Estado de Goiás, da Prefeitura municipal de Jataí e da FEJ, um movimento junto ao Ministério da Educação em prol da federalização do CAJ. Essa movimentação encontrava ressonância na administração central da Universidade e foi encampada por diferentes atores e segmentos da sociedade.

Em 1994, sob a direção da Profa. Dra. Ana Cáritas Teixeira de Souza, novos convênios foram firmados. No ano seguinte foram implantados os cursos de Geografia, Educação Física, Ciências Biológicas, Matemática e Letras: Inglês. Posteriormente, em 1996, os cursos de Agronomia e Medicina Veterinária.

No transcorrer deste mesmo ano foi adquirida a área da antiga Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA), para atender a demanda dos cursos em Ciências Agrárias e Biológicas, sendo denominado Centro de Ciências Agrárias e Biológicas (CCAB). Nesse mesmo período, foi firmado um contrato de comodato do prédio situado à Rua Rio Verde, número 1.900, setor Samuel Graham, onde passou a funcionar o curso de Educação Física. Na sede da Avenida Riachuelo ficaram os demais cursos de licenciatura, com a proposta de que todos os cursos fossem transferidos e estruturados no CCAB.

As criações desses novos cursos foram ações propulsoras da expansão do Câmpus, fortalecendo assim o início da consolidação de um futuro pólo educacionais no Sudoeste Goiano.

Em julho de 1995, foi entregue ao Ministério da Educação o documento intitulado “Proposta Político-Pedagógica de Federalização do Câmpus Avançado da Universidade Federal de Goiás em Jataí (GO)”, que apresentava os espaços físicos da instituição, as atividades desenvolvidas pelos seus profissionais, a relevância histórica, geográfica e socioeconômica do município. Apesar da não aprovação desse projeto, o Câmpus continuou a expandir-se.

Em razão da expansão, houve crescimento da folha de pagamento e a FEJ teve a necessidade de buscar recursos financeiros viabilizando novos convênios. Consequentemente, o Governo do Estado tornou-se corresponsável pela folha de pagamento dos servidores a partir de 1996.

Vários impasses foram surgindo mediante implantação do CAJ, a saber: dificuldades de custeio dos Campi pela prefeitura; atrasos nos repasses de verbas para as Fundações; atraso de pagamento dos salários de docentes; dependência político-administrativa das unidades da UFG Goiânia; más condições de trabalho de professores e funcionários; grande rotatividade de pessoal administrativo e docentes; dentre outros. Desta forma, aumentaram as dificuldades de manutenção do Câmpus acumulando transtornos no decorrer dos anos. A dimensão crescente desses problemas estimulou discussões

pertinentes para viabilizar fomentos com intuito de minimizar os impasses produzidos por essa política de interiorização.

Em 2001, com a perspectiva de liberação de vagas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) surgiu uma nova expectativa de poder solucionar alguns problemas. A ampliação do número de vagas federais destinadas a compor o quadro de docentes e técnicos administrativos induziu a diminuição dos contratos temporários de trabalho. Desta forma, os docentes vinculados à FEJ teriam oportunidade de prestar o concurso federal e compor o quadro da UFG, reduzindo assim a folha de pagamento da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado de Goiás.

Tendo em vista o contexto de liberação de recursos do MEC para a ampliação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), foi criada, ainda em 2005, uma comissão para elaboração do Projeto de Expansão e Consolidação do Câmpus Jataí. No mesmo ano, deu início o processo de expansão e consolidação da UFG com o CAJ, aderindo ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Em 11 de novembro de 2005, o Conselho Universitário da UFG transformou o Câmpus Avançado de Jataí em Câmpus Jataí, a partir da Resolução CONSUNI Nº 20/2005. Apesar de parecer mera alteração de nome, tratava-se da ampliação da complexidade das atividades do Câmpus. A partir desse momento, o CAJ passou a ter estrutura administrativa própria, constituída por uma equipe em Jataí para ajudar a pensar e propor ações para a melhoria da Instituição e do ensino-aprendizagem.

Mediante o cenário de expansão, estudos foram realizados visando um aumento no número de vagas ou abertura de novas turmas dos cursos já existentes e criação de novos cursos de acordo com as demandas da região do sudoeste goiano. Neste sentido apontou-se a necessidade de melhoria da infraestrutura, construção de novos espaços físicos, aquisição de equipamentos/materiais para laboratório, além da contratação de docentes e técnico-administrativos. Levou-se em consideração para a escolha de novos cursos, aproveitamento do quadro de professores, otimização dos espaços físicos e demanda da região. Dessa forma, houve a proposta da complementação dos cursos das áreas de licenciatura, ciências agrárias e

exatas e implantação de cursos na área da saúde, devido solicitação da comunidade estudantil.

Com a adesão ao Plano de Expansão, criaram-se seis novos cursos de graduação, que tiveram início em 2007: Zootecnia, Química (Licenciatura), Biomedicina, Física (Licenciatura), História (Licenciatura) e Psicologia, além do Mestrado em Agronomia. Com a adesão ao Reuni, criaram-se cinco novos cursos de graduação: Direito, Engenharia Florestal, Educação Física (Licenciatura), Fisioterapia e Química (Bacharelado). E, em 2013, por meio do Programa de Expansão do Ensino Médico, foi criado o curso de Medicina, autorizado pelo MEC para funcionamento em 2014.

Com a aprovação, em 2013, do novo Estatuto da UFG houve a descrição da composição das Regionais da UFG. Em janeiro de 2014, com a Resolução CONSUNI Nº11/2014, o Câmpus Jataí passou a ser denominado Regional Jataí (REJ), delimitando territorialmente o espaço geográfico pelos seguintes municípios: Aparecido do Rio Doce, Caiapônia, Caçu, Itarumã, Mineiros, Perolândia, Rio Verde e Serranópolis.

Ao longo de toda a sua existência, o Câmpus Avançado de Jataí/Câmpus Jataí/Regional Jataí expandiu, ampliando a oferta de cursos. Atualmente, a UFJ conta com 25 cursos de graduação oferecidos: Agronomia (bacharelado), Biomedicina (bacharelado), Ciências Biológicas (bacharelado), Ciências Biológicas (licenciatura), Ciências da Computação (bacharelado), Direito (bacharelado), Educação Física (bacharelado), Educação Física (licenciatura), Enfermagem (bacharelado), Engenharia Florestal (bacharelado), Física (licenciatura), Fisioterapia, Geografia (bacharelado), Geografia (licenciatura), História (licenciatura), Letras (licenciatura em Inglês), Letras (licenciatura em Português), Matemática (licenciatura), Medicina (bacharelado), Medicina Veterinária (bacharelado), Pedagogia (licenciatura noturno), Pedagogia (licenciatura matutino), Psicologia, Química (bacharelado), Química (licenciatura) e Zootecnia (bacharelado).

Além dos cursos de graduação, disponibiliza cursos de pós-graduação *lato sensu*: Programa de Residência Multiprofissional em Saúde - Medicina Veterinária; Políticas, Gestão e Financiamento da Educação; Produção Florestal; Programa de Residência Médica em Clínica Médica, Medicina de Família e Comunidade e Medicina Intensiva e Epidemiologia e Saúde e *stricto sensu*,

sendo cursos de Mestrado - Agronomia (Produção Vegetal); Biociência Animal; Ciências Aplicadas à Saúde; Educação, Geografia; Química; Mestrado Profissional de Matemática (Profmat) e um Doutorado em Geografia.

Em outubro de 2015, após várias tratativas, o terreno onde se localiza o Câmpus Jatobá foi transferido oficialmente pelo Governo do Estado de Goiás para a UFG. Na ocasião, membros da gestão da REJ encaminharam solicitação ao Governador do Estado para que intervisse junto ao Governo Federal em busca da autonomia da Universidade em Jataí, o que só seria possível por meio de um desmembramento da UFG.

A partir disso chegou-se ao encaminhamento do Projeto de Lei (PL) de Criação da Universidade Federal de Jataí, em 09 de maio de 2016, por parte do executivo. O PL tramitou pela Câmara Federal, Senado Federal e Secretaria de Governo para sanção presidencial, sendo aprovados nestas instâncias em 19/12/2017, 21/02/2018 e em 28/02/2018, respectivamente. A UFJ, CNPJ: 35.840.659/0001-30, código no MEC nº. 25282, pessoa jurídica de direito público na modalidade de autarquia, criada pela Lei nº 13.635 de 20 de março de 2018 é uma instituição pública federal de educação superior, com sede em Jataí, região sudoeste do Estado de Goiás.

A UFJ, mediante a emancipação, obteve a transferência de recursos materiais e pessoais de forma automática (cursos, alunos, cargos e patrimônio), constituída pelos Câmpus Riachuelo e Jatobá (Cidade Universitária José Cruciano de Araújo). Além do aproveitamento da estrutura existente da UFG, o texto previu a criação de 67 cargos efetivos do plano de carreira dos cargos Técnicos Administrativos em Educação e 40 cargos de Direção. Depois de 39 anos vinculada à UFG, a UFJ é emancipada, com autonomia administrativa e financeira.

Em 11 de dezembro de 2019, por meio da Portaria nº 2.121, de 10 de dezembro de 2019, Prof. Dr. Américo Nunes da Silveira Neto foi nomeado Reitor Pró-Tempore da Universidade Federal de Jataí, tendo sido empossado no cargo no dia 12 de dezembro de 2019.

Avaliação institucional da Universidade Federal de Jataí

A UFG, entre os anos de 1994 até o final de 1997, realizou a avaliação institucional tendo como principal foco a avaliação dos cursos de graduação, sob uma visão essencialmente quantitativa. Essa avaliação descritivo-analítica iniciou o processo de mudanças no contexto institucional.

A partir de 1998, como um maior envolvimento da comunidade, houve a construção de um modelo de avaliação global, focado no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão, buscando avaliar os resultados orientados por metas definidas em planejamentos coletivos. Sendo assim, o 1º ciclo autoavaliativo (1998-2001) foi reflexivo-participativo, marcado pelo caráter formativo. Tratava-se de uma metodologia inédita de avaliação institucional feita nas universidades brasileiras.

Em 2002, foi concebido o Programa de Gestão Estratégica (PGE) que contemplou marcos teóricos, como a integração dos processos autoavaliativos; a participação coletiva; a perspectiva da globalidade; o processo formativo e ético; a integração de múltiplos instrumentos avaliativos e a combinação de diversas metodologias; o respeito à identidade e história de cada local de trabalho da UFG. Em 2003, muitos desses marcos teóricos foram reiterados pela Comissão Especial de Avaliação (CEA), sendo contemplados nos princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

No período de 2002 a 2005, ocorreram os 2º e 3º ciclos autoavaliativos. No decorrer do 3º ciclo, em 2004, o MEC implantou o SINAES, centrado na autoavaliação institucional, o qual sugeria metodologias interativas, bem como determinava a criação de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) em cada Instituição de Ensino Superior (IES). Em fevereiro de 2005, a Resolução CONSUNI Nº 01/2005 criou a CPA da UFG que assumiu o projeto já em desenvolvimento pela Comissão de Avaliação Institucional (CAVI) intitulado “Avaliação Institucional: uma mudança em curso”. Naquele momento, as duas comissões trabalhavam de forma colaborativa e complementar.

Em 2006, a Resolução CONSUNI Nº 10/2006 institucionalizou o PGE. Nessa oportunidade houve a fusão da CPA com a CAVI (CPA/CAVI), o que marcou o início do 4º ciclo autoavaliativo. Este teve como pressuposto a

avaliação como um instrumento de gestão, o qual, em conformidade com o projeto de autoavaliação institucional regulamentado, introduziu e aplicou questionários que foram respondidos pelas diversas Unidades Acadêmicas e Núcleos de Gestão.

Durante o 5º ciclo autoavaliativo foi demonstrado o avanço na condução do processo das Unidades Acadêmicas e Núcleos de Gestão. A CPA/CAVI introduziu um instrumento de avaliação, o “Questionário de Avaliação do Desempenho Didático do Docente pelo Discente”. A partir de então, com exceção dos Grupos Focais, utilizados de forma complementar no processo avaliativo, todos os instrumentos de avaliação passaram a ser aplicados por intermédio dos sistemas informatizados.

No início do biênio 2011-2012, no 6º ciclo autoavaliativo, a UFG aprovou seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com vigência para o período 2011-2015. Esse documento passou a integrar as rotinas de autoavaliação.

Em 2013-2014, no 7º ciclo autoavaliativo, foram incorporados ao contexto a autoavaliação dos cursos de graduação pelos estudantes na modalidade Educação a Distância (EaD) e dos cursos de pós-graduação pelos pós-graduandos.

Em 2015, no início do 8º ciclo (2015-2017), em razão de mudanças oficiais no ciclo avaliativo, de dois para três anos, mudanças ocorreram nos instrumentos de regulação para fins de Reconhecimento/Recredenciamento de IES e para Avaliação de Cursos de Graduação, além da implantação na UFG do Sistema Integrado de Gestão (SIG), que levou a CPA/CAVI a elaborar um projeto denominado “Renovação e Integração”, ampliando a integração dos processos internos e externos de avaliação e atendendo às premissas iniciais do SINAES, os quais buscavam a globalidade das ações para aperfeiçoar os processos avaliativos e melhorar os diversos aspectos institucionais.

Os componentes deste projeto “Renovação e Integração” constituíam: autoavaliação institucional, avaliação do docente, avaliação da turma pelo docente, avaliação discente, avaliação do docente pelo estudante, avaliação do estágio obrigatório, análise dos relatórios do Enade de cursos de graduação presencial e a distância, análise de relatórios de avaliação *in loco* de cursos de graduação presencial e a distância, análise dos indicadores de qualidade do INEP/MEC e CAPES, avaliação do ensino fundamental e médio, avaliação da

Instituição pelos egressos, avaliação dos egressos da UFG pelos empregadores, avaliações temáticas sob demanda e grupo focal.

Em 2016 e 2017, por meio do portal institucional, foram colocados à disposição quatro processos avaliativos: autoavaliação institucional (estudantes, professores e técnicos administrativos), autoavaliação discente (estudantes de graduação presencial e EaD), avaliação do desempenho didático do docente pelo estudante (de graduação presencial e EaD) e avaliação da turma pelo docente (de graduação presencial e EaD). Além dos processos rotineiros, foram feitas duas avaliações temáticas sob demanda. A primeira sobre o Sistema de Ética em Pesquisa na UFG e a segunda acerca do currículo modular recentemente implementado pelo curso de Medicina. Em 2017, o instrumento de avaliação do desempenho didático do docente pelo estudante foi adaptado para possibilitar a avaliação de professores orientadores de estágio.

Em 2018, com uma nova gestão e novas estruturas administrativas da UFG, a CPA/CAVI passa a ser denominada somente de CPA, sendo incorporada à recém-criada Secretaria de Planejamento e Avaliação. A recomposição dos membros da CPA e a introdução de novos instrumentos, “avaliação de curso pelo docente e discente”, marcaram o início do 9º ciclo (2018-2020). Aliado aos instrumentos criados houve a implantação do instrumento “autoavaliação do docente” previsto no projeto anterior e ainda a alteração da periodicidade da avaliação institucional, passando a ser aplicada anualmente, cujo produtos são “Relatório parcial de Autoavaliação Institucional 2018.” e “Relatório final de Autoavaliação Institucional 2018.”

Após a emancipação da UFJ, criada pela Lei nº 13.635/2018, apresenta-se o presente documento com o Projeto de Autoavaliação Institucional.

Princípios norteadores da avaliação. Objetivos da avaliação

A Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior – SINAES e, por meio do art. 11, prevê:

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos

processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

A CPA é constituída por membros representantes dos segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, tendo como objetivo conduzir o processo de avaliação institucional, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, buscando a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Dessa forma, a CPA tem o objetivo de zelar pela institucionalização da autoavaliação evidenciando suas fragilidades e suas potencialidades a fim de contribuir com o aperfeiçoamento das suas atividades e com o cumprimento de sua missão enquanto instituição social e promotora da educação superior.

Eixos e dimensões avaliadas

A Avaliação Institucional da UFJ 2020/2 foi embasada nos eixos e dimensões apresentados pela Lei nº 10.861, em seu art. 3º: As dez dimensões estão agrupadas em cinco eixos dispostas conforme apresentado abaixo:

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

- Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

- Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

- Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física

A Avaliação Institucional da UFJ tem e terá embasamento em tais eixos e dimensões para a elaboração dos instrumentos de autoavaliação a serem aplicados aos docentes, discentes e técnicos administrativos em educação (TAEs) no triênio 2021 - 2023. Abaixo são apresentados nos quadros os instrumentos elaborados pela CPA/UFJ por segmento da comunidade acadêmica.

EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
1. A UFJ divulga o trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA)?
2. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) diagnostica e encaminha os resultados identificados no processo de autoavaliação?
3. A UFJ realiza planejamento administrativo alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?
4. A UFJ realiza planejamento pedagógico alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?
5. A UFJ realiza planejamento estratégico alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?
6. A UFJ promove ações voltadas à valorização da diversidade, sustentabilidade, da memória cultural, dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial?
EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
1. Qual seu nível de conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?
2. A UFJ executa as metas e objetivos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?
3. A UFJ utiliza as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) nas ações de planejamento administrativo?
4. A UFJ utiliza as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) nas ações de planejamento pedagógico?
5. A UFJ utiliza mecanismos de acompanhamento, de avaliação e de possíveis readequações nas ações decorrentes do planejamento administrativo?
6. A UFJ utiliza mecanismos de acompanhamento, de avaliação e de possíveis readequações nas ações decorrentes do planejamento pedagógico?
7. Há investimento do recurso financeiro público em projetos com retorno para a sociedade?
8. A UFJ realiza ações de inclusão social coerentes com a missão institucional?
9. A UFJ realiza ações de ensino, pesquisa e extensão contextualizadas à necessidade social?
10. A UFJ promove atividades voltadas para a cooperação, a mobilidade acadêmica, intercâmbio e programas de internacionalização?
EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS
1. A UFJ divulga as políticas de assistência ao discente?
2. O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é divulgado no âmbito do curso?
3. O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) está adequado à realidade do curso?
4. A matriz curricular é adequada à proposta do curso?
5. O curso articula a formação acadêmica com o exercício profissional?
6. O curso tem um ambiente colaborativo, promovendo uma boa convivência entre os docentes?

7. O curso oferece apoio e suporte em áreas pedagógicas, de modo que atenda às necessidades dos docentes?
8. O docente possui apoio psicopedagógico, se necessário?
9. Os conteúdos das disciplinas ou módulos são desenvolvidos de forma interdisciplinar favorecendo o processo de ensino aprendizagem?
10. As metodologias de ensino adotadas no curso favorecem uma aprendizagem crítica e reflexiva?
11. As bibliografias constantes nos planos de ensino são disponibilizadas para atender às demandas das disciplinas ou módulos?
12. Os estágios curriculares obrigatórios ou os internatos são adequados à formação dos estudantes?
13. O ambiente virtual SIGAA atende a troca de informações e interatividade entre discentes e docentes?
14. O atendimento prestado pelos servidores técnico-administrativos do curso e da Unidade Acadêmica atende às necessidades dos docentes?
15. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é atuante para atender as demandas do curso?
16. Há ações visando redução do índice de evasão dos cursos de graduação?
17. Há políticas de acompanhamento e suporte aos estágios da licenciatura?
18. Programas de ensino como PIBID e Residência Pedagógica nas Licenciaturas complementam a futura formação docente?
19. A UFJ oferta as ações de extensão, de desenvolvimento artístico e cultural no meio acadêmico?
20. A UFJ divulga as ações de extensão, de desenvolvimento artístico e cultural no meio acadêmico?
21. A UFJ oferta as ações de pesquisa e inovações tecnológicas no meio acadêmico?
22. A UFJ divulga as ações de pesquisa e inovações tecnológicas no meio acadêmico?
23. A UFJ oferta as ações da pós-graduação no meio acadêmico?
24. A UFJ divulga as ações da pós-graduação no meio acadêmico?
25. A UFJ utiliza os canais de comunicação (redes sociais, site, boletim, sistemas institucionais) para circular as informações institucionais?
26. A UFJ utiliza a instância de controle e participação social (Ouvidoria) para melhoria da Instituição?
27. As ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura promovem o desenvolvimento regional?
28. Há políticas de prevenção e combate a discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou cultural para promover a participação de minorias no processo e no acesso à educação?
29. Há fomento à iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural?

30. A UFJ favorece a gestão de projetos de pesquisa?
31. Os docentes do curso orientam ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura?
32. Os docentes do curso estimulam a participação dos estudantes nas atividades de pesquisa, extensão, estágios, Trabalho de Conclusão de Curso?
33. Há efetiva participação discente na gestão universitária?
34. A comunidade regional tem acesso a informações institucionais?
35. Há integração e cooperação com os setores públicos e privados?
36. É clara a forma de distribuição de recursos para custeio e investimento nas políticas acadêmicas?
37. Há divulgação e clareza nos editais para a concessão de bolsas e auxílios?
38. A UFJ divulga suas políticas de atendimento aos discentes, tais como acolhimento, permanência, acessibilidade, monitoria, nivelamento, intermediação, estágios e apoio psicopedagógico?
39. As políticas de internacionalização favorecem o desenvolvimento da UFJ?
EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO
1. A UFJ dispõe de recursos financeiros suficientes para atender as demandas?
2. Há participação na elaboração do planejamento orçamentário, transparência na execução e distribuição dos recursos?
3. Há busca por fontes externas de recursos financeiros e garantia do equilíbrio nos gastos?
4. Há preocupação em garantir recursos financeiros para manutenção, continuidade e qualidade dos serviços ofertados?
5. Os docentes participam da gestão e do direcionamento das decisões que afetam o seu segmento?
6. É efetivo o funcionamento dos órgãos colegiados?
7. É equalitária a distribuição das atividades de gestão entre os docentes da sua Unidade Acadêmica?
8. Há clareza na distribuição/organização/atribuição dos fluxos administrativos nas instâncias da Universidade?
9. A UFJ oferta de formação permanente e continuada (pós-graduação, eventos, capacitações) conforme as políticas institucionais?
10. Há oferta de formação permanente e continuada (pós-graduação, eventos, capacitações) para atender as demandas do mercado de trabalho?
11. Há preocupação institucional na qualidade das relações interpessoais?
12. A UFJ tem um ambiente de relações pessoais que promove uma boa convivência?
13. Ações de atenção à saúde do servidor são efetivas?
14. A carga horária dedicada às atividades universitárias é adequada?
EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA
Sobre sua infraestrutura, a UFJ dispõe de forma satisfatória no que tange:
1. A quantidade de salas de aulas?

2. A estrutura física das salas de aulas?
3. A iluminação das salas de aulas?
4. A limpeza das salas de aulas?
5. A ventilação das salas de aulas?
6. O mobiliário das salas de aulas?
7. A quantidade de laboratórios?
8. A estrutura física dos laboratórios?
9. A iluminação dos laboratórios?
10. A limpeza dos laboratórios?
11. A ventilação dos laboratórios?
12. O mobiliário dos laboratórios?
13. Os materiais de consumo dos laboratórios?
14. O acervo físico da biblioteca?
15. O acervo virtual da biblioteca?
16. A estrutura física da biblioteca?
17. A iluminação da biblioteca?
18. A limpeza da biblioteca?
19. A ventilação da biblioteca?
20. O mobiliário da biblioteca?
21. Os recursos audiovisuais para atividades de ensino?
22. O acesso à rede de internet?
23. O espaço físico institucional para convivência?
24. O serviço prestado pelo restaurante universitário?
25. O serviço prestado pelas lanchonetes?
26. A estrutura para pessoas com necessidades especiais?
27. A segurança pessoal e patrimonial?
28. Os estacionamentos da instituição?

Quadro 1: Questionário apresentado aos docentes abordando os eixos 1 a 5.

EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	
1.	A UFJ divulga o trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA)?
2.	A Comissão Própria de Avaliação (CPA) diagnostica e encaminha os resultados identificados no processo de autoavaliação?
3.	A UFJ realiza planejamento administrativo alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?
4.	A UFJ realiza planejamento pedagógico alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?
5.	A UFJ realiza planejamento estratégico alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?
6.	A UFJ promove ações voltadas à valorização da diversidade, sustentabilidade, da memória cultural, dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial?
EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	
1.	Qual seu nível de conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?
2.	A UFJ executa as metas e objetivos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?
3.	A UFJ utiliza as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) nas ações de planejamento administrativo?
4.	A UFJ utiliza as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) nas ações de planejamento pedagógico?
5.	A UFJ utiliza mecanismos de acompanhamento, de avaliação e de possíveis readequações nas ações decorrentes do planejamento administrativo?
6.	A UFJ utiliza mecanismos de acompanhamento, de avaliação e de possíveis readequações nas ações decorrentes do planejamento pedagógico?
7.	Há investimento do recurso financeiro público em projetos com retorno para a sociedade?
8.	A UFJ realiza ações de inclusão social coerentes com a missão institucional?
9.	A UFJ realiza ações de ensino, pesquisa e extensão contextualizadas à necessidade social?
10.	A UFJ promove atividades voltadas para a cooperação, a mobilidade acadêmica, intercâmbio e programas de internacionalização?
EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS	
1.	A UFJ divulga as políticas de assistência ao discente?
2.	O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é divulgado no âmbito do curso?
3.	O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) está adequado à realidade do curso?
4.	A matriz curricular é adequada à proposta do curso?
5.	O curso articula a formação acadêmica com o exercício profissional?
6.	O curso tem um ambiente colaborativo promovendo uma boa convivência entre os docentes e os discentes?
7.	O curso oferece apoio e suporte em áreas pedagógicas, de modo que atenda às necessidades dos discentes?

8. Existe apoio psicopedagógico (monitoria, tutoria, atendimento pelo professor, psicólogo, dentre outros), se necessário?
9. Os conteúdos das disciplinas ou módulos são desenvolvidos de forma interdisciplinar favorecendo o processo de ensino aprendizagem?
10. O docente comparece às aulas ou orientações ou espaços virtuais sob a sua responsabilidade?
11. O docente cumpre atividades de ensino da disciplina discutidas no início do semestre letivo?
12. O docente apresenta raciocínio crítico e reflexivo durante as aulas?
13. O docente domina e apresenta com clareza dos conteúdos abordados na disciplina ou módulo?
14. As bibliografias constantes nos planos de ensino são disponibilizadas para atender às demandas das disciplinas ou módulos?
15. Os discentes criam contexto adequado para facilitar a própria aprendizagem?
16. Os discentes ao participarem das atividades avaliativas o fazem com seriedade e de forma coerente ao conteúdo?
17. Os discentes participam de atividades acadêmicas tais como: iniciação científica, monitorias, projetos de ensino, atividades de extensão e intercâmbios?
18. Os discentes buscam as políticas de internacionalização?
19. Os discentes agem de forma cortês e ética com os colegas?
20. Os discentes agem de forma cortês e ética com o docente?
21. Os discentes utilizam as estruturas da universidade (biblioteca, laboratórios e demais espaços) para aprimorar sua aprendizagem?
22. Você faria outra disciplina com este docente ou orientador?
23. Os estágios curriculares obrigatórios ou os internatos são adequados à formação dos estudantes?
24. O ambiente virtual SIGAA atende a troca de informações e interatividade entre discentes e docentes?
25. O atendimento prestado pelos servidores técnico-administrativos do curso e da Unidade Acadêmica atende às necessidades dos discentes?
26. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é atuante para atender as demandas do curso?
27. Há ações visando redução do índice de evasão dos cursos de graduação?
28. Há políticas de acompanhamento e suporte aos estágios da licenciatura?
29. Programas de ensino como PIBID e Residência Pedagógica nas Licenciaturas complementam a futura formação docente?
30. A UFJ oferta as ações de extensão, de desenvolvimento artístico e cultural no meio acadêmico?
31. A UFJ divulga as ações de extensão, de desenvolvimento artístico e cultural no meio acadêmico?

32.A UFJ oferta as ações de pesquisa e inovações tecnológicas no meio acadêmico?
33.A UFJ divulga as ações de pesquisa e inovações tecnológicas no meio acadêmico?
34.A UFJ oferta as ações da pós-graduação no meio acadêmico?
35.A UFJ divulga as ações da pós-graduação no meio acadêmico?
36.A UFJ utiliza os canais de comunicação (redes sociais, site, boletim, sistemas institucionais) para circular as informações institucionais?
37.A UFJ utiliza a instância de controle e participação social (Ouvidoria) para melhoria da Instituição?
38.As ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura promovem o desenvolvimento regional?
39.Há políticas de prevenção e combate a discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou cultural para promover a participação de minorias no processo e no acesso à educação?
40.Há fomento à iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural?
41.Os docentes do curso orientam ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura?
42.Os docentes do curso estimulam a participação dos discentes nas atividades de pesquisa, extensão, estágios, Trabalho de Conclusão de Curso?
43.Há efetiva participação discente na gestão universitária?
44.A comunidade regional tem acesso a informações institucionais?
45.Há divulgação e clareza nos editais para a concessão de bolsas e auxílios?
46.A UFJ divulga suas políticas de atendimento aos discentes, tais como acolhimento, permanência, acessibilidade, monitoria, nivelamento, intermediação, estágios e apoio psicopedagógico?
EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO
1. A UFJ dispõe de recursos financeiros suficientes para atender as demandas?
2. Há participação na elaboração do planejamento orçamentário, transparência na execução e distribuição dos recursos?
3. Há busca por fontes externas de recursos financeiros e garantia do equilíbrio nos gastos?
4. Há preocupação em garantir recursos financeiros para manutenção, continuidade e qualidade dos serviços ofertados?
5. Os discentes participam da gestão e do direcionamento das decisões que afetam o seu segmento?
6. É efetivo o funcionamento dos órgãos colegiados?
7. Há clareza na distribuição/organização/atribuição dos fluxos administrativos nas instâncias da Universidade?
8. A UFJ oferta de formação permanente e continuada (pós-graduação, eventos, capacitações) conforme as políticas institucionais?

9. Há oferta de formação permanente e continuada (pós-graduação, eventos, capacitações) para atender as demandas do mercado de trabalho?
10. A UFJ tem um ambiente de relações pessoais que promove uma boa convivência?
EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA
Sobre sua infraestrutura, a UFJ dispõe de forma satisfatória
1. A quantidade de salas de aulas?
2. A estrutura física das salas de aulas?
3. A iluminação das salas de aulas?
4. A limpeza das salas de aulas?
5. A ventilação das salas de aulas?
6. O mobiliário das salas de aulas?
7. A quantidade de laboratórios?
8. A estrutura física dos laboratórios?
9. A iluminação dos laboratórios?
10. A limpeza das dos laboratórios?
11. A ventilação dos laboratórios?
12. O mobiliário dos laboratórios?
13. Os materiais de consumo dos laboratórios?
14. O acervo físico da biblioteca?
15. O acervo virtual da biblioteca?
16. A estrutura física da biblioteca?
17. A iluminação da biblioteca?
18. A limpeza da biblioteca?
19. A ventilação da biblioteca?
20. O mobiliário da biblioteca?
21. Os recursos audiovisuais para atividades de ensino?
22. O acesso à rede de internet?
23. O espaço físico institucional para convivência?
24. O serviço prestado pelo restaurante universitário?
25. O serviço prestado pelas lanchonetes?
26. A estrutura para pessoas com necessidades especiais?
27. A segurança pessoal e patrimonial?
28. Os estacionamentos da instituição?

Quadro 2: Questionário apresentado aos discentes abordando os eixos 1 a 5.

EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	
1.	A UFJ divulga o trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA)?
2.	A Comissão Própria de Avaliação (CPA) diagnostica e encaminha os resultados identificados no processo de autoavaliação?
3.	A UFJ realiza planejamento administrativo alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?
4.	A UFJ realiza planejamento pedagógico alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?
5.	A UFJ realiza planejamento estratégico alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?
6.	A UFJ promove ações voltadas à valorização da diversidade, sustentabilidade, da memória cultural, dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial?
EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	
1.	Qual seu nível de conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?
2.	A UFJ executa as metas e objetivos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?
3.	A UFJ utiliza as diretrizes do plano de desenvolvimento institucional (PDI) nas ações de planejamento administrativo?
4.	A UFJ utiliza as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) nas ações de planejamento pedagógico?
5.	A UFJ utiliza mecanismos de acompanhamento, de avaliação e de possíveis readequações nas ações decorrentes do planejamento administrativo?
6.	A UFJ utiliza mecanismos de acompanhamento, de avaliação e de possíveis readequações nas ações decorrentes do planejamento pedagógico?
7.	Há investimento do recurso financeiro público em projetos com retorno para a sociedade?
8.	A UFJ realiza ações de inclusão social coerentes com a missão institucional?
9.	A UFJ realiza ações de ensino, pesquisa e extensão contextualizadas à necessidade social?
10.	A UFJ promove atividades voltadas para a cooperação, a mobilidade acadêmica, intercâmbio e programas de internacionalização?
EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS	
1.	A UFJ divulga as políticas de assistência ao discente?
2.	O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é divulgado no âmbito do curso?
3.	O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) está adequado à realidade do curso?
4.	A matriz curricular é adequada à proposta do curso?
5.	O curso articula a formação acadêmica com o exercício profissional?
6.	O curso tem um ambiente colaborativo, promovendo uma boa convivência entre os docentes?
7.	O curso oferece apoio e suporte em áreas pedagógicas, de modo que atenda às necessidades dos docentes.

8. O técnico administrativo em educação (TAE) possui apoio psicopedagógico, se necessário?
9. Os conteúdos das disciplinas ou módulos são desenvolvidos de forma interdisciplinar favorecendo o processo de ensino aprendizagem?
10. As metodologias de ensino adotadas no curso favorecem uma aprendizagem crítica e reflexiva?
11. As bibliografias constantes nos planos de ensino são disponibilizadas para atender às demandas das disciplinas ou módulos?
12. Os estágios curriculares obrigatórios ou os internatos são adequados à formação dos estudantes?
13. O ambiente virtual SIGAA atende a troca de informações e interatividade entre discentes e docentes?
14. O atendimento prestado pelo servidor técnico administrativo em educação (TAE) do curso e da Unidade Acadêmica atende às necessidades dos docentes?
15. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é atuante para atender as demandas do curso?
16. Há ações visando redução do índice de evasão dos cursos de graduação?
17. Há políticas de acompanhamento e suporte aos estágios da licenciatura?
18. Programas de ensino como PIBID e Residência Pedagógica nas Licenciaturas complementam a futura formação docente?
19. A UFJ oferta as ações de extensão, de desenvolvimento artístico e cultural no meio acadêmico?
20. A UFJ divulga as ações de extensão, de desenvolvimento artístico e cultural no meio acadêmico?
21. A UFJ oferta as ações de pesquisa e inovações tecnológicas no meio acadêmico?
22. A UFJ divulga as ações de pesquisa e inovações tecnológicas no meio acadêmico?
23. A UFJ oferta as ações da pós-graduação no meio acadêmico?
24. A UFJ divulga as ações da pós-graduação no meio acadêmico?
25. A UFJ utiliza os canais de comunicação (redes sociais, site, boletim, sistemas institucionais) para circular as informações institucionais?
26. A UFJ utiliza a instância de controle e participação social (Ouvidoria) para melhoria da Instituição?
27. As ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura promovem o desenvolvimento regional?
28. Há políticas de prevenção e combate a discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou cultural para promover a participação de minorias no processo e no acesso à educação?
29. Há fomento à iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural?

30. A UFJ favorece a gestão de projetos de pesquisa?
31. Os docentes do curso orientam ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura?
32. Os docentes do curso estimulam a participação dos estudantes nas atividades de pesquisa, extensão, estágios, Trabalho de Conclusão de Curso?
33. Há efetiva participação discente na gestão universitária?
34. A comunidade regional tem acesso a informações institucionais?
35. Há integração e cooperação com os setores públicos e privados?
36. É clara a forma de distribuição de recursos para custeio e investimento nas políticas acadêmicas?
37. Há divulgação e clareza nos editais para a concessão de bolsas e auxílios?
38. A UFJ divulga suas políticas de atendimento aos discentes, tais como acolhimento, permanência, acessibilidade, monitoria, nivelamento, intermediação, estágios e apoio psicopedagógico?
39. As políticas de internacionalização favorecem o desenvolvimento da UFJ?
EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO
1. A UFJ dispõe de recursos financeiros suficientes para atender as demandas?
2. Há participação na elaboração do planejamento orçamentário, transparência na execução e distribuição dos recursos?
3. Há busca por fontes externas de recursos financeiros e garantia do equilíbrio nos gastos?
4. Há preocupação em garantir recursos financeiros para manutenção, continuidade e qualidade dos serviços ofertados?
5. Os técnicos administrativos em educação (TAE) participam da gestão e do direcionamento das decisões que afetam o seu segmento?
6. É efetivo o funcionamento dos órgãos colegiados?
7. É equalitária a distribuição das atividades de gestão entre os técnicos administrativos em educação (TAE) da sua Unidade?
8. Há clareza na distribuição/organização/atribuição dos fluxos administrativos nas instâncias da Universidade?
9. A UFJ oferta de formação permanente e continuada (pós-graduação, eventos, capacitações) conforme as políticas institucionais?
10. Há oferta de formação permanente e continuada (pós-graduação, eventos, capacitações) para atender as demandas do mercado de trabalho?
11. Há preocupação institucional na qualidade das relações interpessoais?
12. A UFJ tem um ambiente de relações pessoais que promove uma boa convivência?
13. Ações de atenção à saúde do servidor são efetivas?
14. A carga horária dedicada às atividades universitárias é adequada?
EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA
Sobre sua infraestrutura, a UFJ dispõe de forma satisfatória
1. A quantidade de salas de aulas?

2. A estrutura física das salas de aulas?
3. A iluminação das salas de aulas?
4. A limpeza das salas de aulas?
5. A ventilação das salas de aulas?
6. O mobiliário das salas de aulas?
7. A quantidade de laboratórios?
8. A estrutura física dos laboratórios?
9. A iluminação dos laboratórios?
10. A limpeza dos laboratórios?
11. A ventilação dos laboratórios?
12. O mobiliário dos laboratórios?
13. Os materiais de consumo dos laboratórios?
14. O acervo físico da biblioteca?
15. O acervo virtual da biblioteca?
16. A estrutura física da biblioteca?
17. A iluminação da biblioteca?
18. A limpeza da biblioteca?
19. A ventilação da biblioteca?
20. O mobiliário da biblioteca?
21. Os recursos audiovisuais para atividades de ensino?
22. O acesso à rede de internet?
23. O espaço físico institucional para convivência?
24. O serviço prestado pelo restaurante universitário?
25. O serviço prestado pelas lanchonetes?
26. A estrutura para pessoas com necessidades especiais?
27. A segurança pessoal e patrimonial?
28. Os estacionamentos da instituição?

Quadro 3: Questionário apresentado aos técnicos administrativos em educação (TAE) abordando os eixos 1 a 5.

Cronograma de atividades 2021 - 2023

Para atender ao disposto na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº065 de 09 de outubro de 2014, com relação ao período avaliativo 2021-2023, serão entregues 03 (três) relatórios ao INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira): um relatório parcial em março de 2022, um relatório parcial em março de 2023 e um relatório final em março de 2024.

Serão realizados os seguintes relatórios:

- Relatórios parciais da autoavaliação institucional, contendo os aspectos gerais da autoavaliação dos anos base de 2020 e 2021, respectivamente em 2022 e 2023;
- Relatório final: referente às atividades de avaliação desenvolvidas durante o ciclo 2021 – 2023, em 2024.

Nesse primeiro ano do ciclo de avaliação foi realizada uma Avaliação Institucional em consonância com as dimensões do SINAES direcionada a docentes, discentes e técnicos-administrativos em educação.

Nos anos seguintes serão aplicados os instrumentos organizados e lapidados pela CPA/UFJ visando um acompanhamento dos resultados das avaliações anteriores, permitindo a melhor detecção das potencialidades e fragilidades institucionais.

Referências

BRASIL, (2004). Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, 05 abr. 2004.

LEI nº 13.635, de 20 de março de 2018. Cria a Universidade Federal de Jataí, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2004). Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES (2004). Diretrizes para a auto-avaliação das instituições. Brasília, 26 de agosto de 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2004). Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. 12 abr.2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2014). Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014.

PORTARIA nº 2.121, de 10 de dezembro de 2019, do Ministério da Educação (MEC). Nomeia o Reitor *pro tempore* da Universidade Federal de Jataí.

PORTARIA nº 319/2021, de 26 de maio de 2021 e alterada pela PORTARIA nº 474/2021, de 11 de agosto de 2021. Designações da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal de Jataí.